

Não basta vencer em múltiplos domínios: conjecturas sobre a nova doutrina do Exército dos Estados Unidos e os conflitos na zona cinza

Winning in multi-domains is not enough: thoughts on the new doctrine and the grey zone conflicts

Resumo: O presente artigo oferece uma breve análise dos novos desafios impostos às forças armadas dos EUA, diante de inimigos dotados de poderio bélico equiparado. Uma abordagem ortodoxa da nova doutrina do Exército norte-americano, denominada Operações em Múltiplos Domínios, pode contribuir para o insucesso nos níveis político e estratégico, ainda que lhes assegure a vitória tática no campo de batalha.

Palavras-chave: Operações em múltiplos domínios. Conflito na zona cinza. Guerra Híbrida.

Abstract: This article offers a brief analysis of the new challenges impose on the U.S. Armed Forces to facing enemies with similar combat power. An orthodox approach to the new Army doctrine called Multi-Domain Operations (MDO) might contribute to political and strategic failure while ensuring tactical victories.

Keywords: Multi-domain operations. Grey zone. Hybrid warfare.

Alessandro Visacro

Exército Brasileiro.

US Army Combined Arms Center.

Fort Leavenworth, Kansas, United States of America.

visacro@gmail.com

Recebido: 11 nov. 2019

Aprovado: 10 jan. 2020

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

Depois da longa, árdua e, aparentemente, infrutífera Guerra Global contra o Terror, o Exército dos Estados Unidos da América (EUA) encontra-se empenhado em um esforço legítimo para regenerar e ampliar as capacidades atinentes ao combate terrestre em larga escala¹. A doutrina emergente, denominada “Operações em Múltiplos Domínios”, constitui a ferramenta teórica com a qual o Exército pretende instrumentalizar manobras conjuntas sofisticadas e interdependentes, a fim de sobrepujar ameaças com poderio bélico equiparado ou quase equiparado.

Enquanto o Exército está genuinamente engajado na busca de soluções para a batalha, sobretudo, nos níveis tático e operacional, faz-se necessário refletir acerca de sua interface com a estratégia e a política nacional norte-americana. Embora doutrina não seja estratégia, existe uma inegável relação entre ambas. Um claro alinhamento deve ser construído desde já e não após o pleno desenvolvimento de capacidades baseadas nas Operações em Múltiplos Domínios ou qualquer outro conceito, sob pena de surgirem incongruências irreparáveis. Ou seja, a questão não deve permanecer circunscrita a “*como o exército vencerá a próxima batalha*”. O cerne do problema é “*como a nação vencerá a próxima guerra*”. O estudo da história militar dos EUA, mais do que qualquer outro país, comprova que, a despeito da arraigada lógica clausewitziana, uma coisa não leva necessariamente à outra.

A última edição do manual *FM 3-0 Operations* sabiamente reconhece que uma ofensiva calcada no poderio bélico convencional, por mais bem-sucedida que possa ser, talvez, não represente o ato decisivo de uma campanha militar. Afinal, “o sucesso tático vence batalhas, mas não é o suficiente para vencer guerras” (UNITED STATES, 2017a, p. 1-39, 7-58, tradução nossa). A própria ideia implícita na expressão “vencer a guerra” vai muito além da mera imposição da vontade nacional sobre um inimigo militarmente subjogado. Nesse sentido, convém recordar a assertiva do general Willian Sherman, para quem “o legítimo objetivo da guerra é uma paz perfeita” (FULLER, 1966, p. 100).

Indubitavelmente, os EUA precisam estar preparados para vencer uma eventual batalha de atrito travada por forças regulares de grande envergadura. Todavia, os líderes militares norte-americanos devem avaliar se as soluções pretendidas nos níveis operacional e tático ampliarão

1 A despeito da virtual destruição da Al Qaeda e da notável proficiência exibida pelas forças armadas dos EUA nos campos de batalha do Oriente Médio e da Ásia Central, os resultados imediatos da Guerra Global Contra o Terror se mostraram insatisfatórios e seus custos foram exorbitantes. Além disso, sob o ponto de vista político e estratégico, ambas as campanhas, no Iraque e no Afeganistão, representaram um verdadeiro desastre. De acordo com John Arquilla (2018), em 2001, ocorreram cerca de 2.000 incidentes passíveis de serem qualificados como atentados terroristas em todo o mundo. Essas ações deixaram um saldo de, aproximadamente, 14.000 mortos e feridos. Em 2015, as estatísticas sugeriam uma piora significativa no quadro global de segurança: o total de ataques chegou a 15.000 e o número de vítimas alcançou a cifra de 80.000 pessoas. Na verdade, as iniciativas militares lideradas pelos EUA em resposta aos atentados terroristas de 11 de Setembro desestabilizaram e conflagraram todo o volátil Oriente Médio, com a ingênua presunção de disseminar a democracia ocidental. Os levantamentos populares da chamada Primavera Árabe, em pouco tempo, se degeneraram em luta fratricida, promovendo, em alguns países, a irrupção de sangrentas guerras civis. Ondas de refugiados, provenientes dos conflitos na Líbia e na Síria, inundaram a Turquia, o Líbano, a Jordânia e, em menor medida, a Europa. Além de revelar a tragédia humanitária, o fluxo migratório para a Europa tem causado enorme impacto demográfico, cultural, político e econômico, cujas consequências, até o momento, não podem ser corretamente avaliadas. Ademais, o imbróglio criado pela efêmera ascensão do Estado Islâmico e a sobrevivência do combalido regime do ditador Bashar al-Assad, em Damasco, permitiu a reinserção da Rússia como ator de destaque na região, além de proporcionar vantagens expressivas a Moscou, como o arrendamento do porto de Tartus, no Mar Mediterrâneo, pelos próximos 48 anos (algo surpreendente até mesmo para as ambições do czar Pedro, o Grande). Para a perplexidade dos norte-americanos, os ganhos da Rússia, na Síria, exigiram um empenho de recursos incrivelmente baixo. Como se não bastasse, o principal rival dos EUA no Oriente Médio, o Irã, tornou-se o maior beneficiário das guerras do Afeganistão e do Iraque. Afinal, o que, de fato, se conseguiu com ambas as intervenções foi a deposição de autocracias anti-xiitas radicais em Cabul e Bagdá, restaurando a histórica área de influência do Império Persa. Por conseguinte, atores antagônicos aos EUA passaram a exercer maior influência sobre o Golfo Pérsico, Golfo de Aden, sul do Mar Vermelho e o Mediterrâneo oriental, contrariando a Doutrina Carter, cujo pressuposto é mitigar os riscos ao abastecimento de petróleo proveniente do Oriente Médio.

ou reduzirão a flexibilidade nos níveis político e estratégico, preservando o nexos entre os fins e os meios – habilidade que seus potenciais inimigos têm exibido com notável proficiência.

Quando Edward Wynkoop ou John Paul Vann formularam críticas plausíveis ao uso do “*American Way of War*”, por exemplo, já era tarde demais para o Exército recorrer a estratégias menos ortodoxas, pois elas simplesmente não existiam². Assim sendo, o presente artigo oferece uma breve análise acerca dos desafios que o contexto histórico e, por conseguinte, o atual ambiente estratégico impõem às forças armadas mais poderosas do planeta, no momento em que elas se preparam para enfrentar prioritariamente inimigos com poder de combate equiparado. Cabe destacar que este texto contém trechos de outros trabalhos publicados anteriormente pelo autor, conforme consta das referências bibliográficas.

1 Mudança de Era

O mundo sempre esteve em constante transformação, impelido pelo gênio criativo do ser humano. O domínio do fogo, a Revolução Neolítica, o advento da escrita e da roda, o surgimento da metalurgia do bronze, os avanços incontidos das ciências e a criação de sofisticadas instituições políticas e sociais, por exemplo, demonstram que grandes mudanças são inerentes à história da humanidade (VISACRO, 2019a, p. 49).

Entretanto, há cerca de apenas 200 anos, com o início da Revolução Industrial, as sociedades passaram a experimentar alterações em um ritmo, cuja intensidade, celeridade, amplitude e profundidade têm desafiado a capacidade adaptativa, até mesmo, dos mais elaborados agrupamentos humanos. Não por acaso, o epicentro dessas mudanças, a Europa, quase encontrou sua própria destruição, na primeira metade do século XX, com duas guerras mundiais, caos político, desintegração de impérios, revoluções, conflitos nacionalistas, tensões étnicas agudas, disseminação de ideologias radicais, ascensão de regimes totalitários, genocídios, crise econômica prolongada, epidemia e fome (KERSHAW, 2016, p. 19-25).

Como alertou Michael Phillips (2009, p. 95, tradução nossa), “nosso maior perigo não é o ambiente mundial em mutação, mas a nossa relação com ele”. “Afim, os coletivos humanos incorrem em equívocos naturais (e, por vezes, desastrosos) ao interpretarem as transformações que afetam os princípios básicos que regem a organização e o funcionamento da sociedade, demandando, em algumas ocasiões, um tempo excessivo para se readequarem a novos contextos” (VISACRO, 2019a, p. 49). Ao postular que o conhecimento se tornou o principal fator de produção no século XXI, superando em importância a disponibilidade de terra, capital, trabalho, energia e matéria-prima juntos, o professor Marcos Cavalcanti, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, assegurou que “nós não vivemos, hoje, uma era de mudanças [...] Ao contrário, estamos vivenciando uma autêntica mudança de era, o que é algo completamente diferente” (CAVALCANTI, 2009, n.p.). De fato, o uso do termo “era de mudanças” sugere um *continuum* de transformações sobre as quais podemos exercer certo grau de controle. Por outro lado, a expressão “mudança de era” pressupõe uma ruptura

2 Edward W. Wynkoop (1836-1891) atuou como oficial do Exército e chefe das agências Cheyenne e Arapaho, durante as Guerras Índias, opondo-se às campanhas de aniquilamento desencadeadas contra tribos não hostis. O tenente-coronel John Paul Vann (1924-1972) se tornou célebre por sua crítica à estratégia norte-americana durante a Guerra do Vietnã.

paradigmática que incide sobre os fundamentos da sociedade, tornando obsoletos modelos e padrões consagrados ao longo do tempo.

Antes de ser um fenômeno político na estrita acepção de Clausewitz, a guerra é um fenômeno social. “A despeito de todo protagonismo atribuído aos soldados nos campos de batalha, são as sociedades, e não os exércitos ou seus generais, que produzem as guerras. Essa assertiva nos permite concluir que transformações na conduta da guerra decorrem, primeiramente, de transformações sociológicas. No momento em que a humanidade deixa a era industrial para ingressar em uma nova era, passando por rápidas e profundas alterações, há que se procurar entender, de forma objetiva, como essas mudanças afetam a natureza dos conflitos armados” (VISACRO, 2018, p. 25-27).

A célere incorporação de inovações tecnológicas, além de claramente perceptível, é inevitável, crucial e urgente. Espera-se que sistemas de armas autônomos, inteligência artificial e computação quântica, por exemplo, tenham um impacto significativo na própria natureza da guerra. Entretanto, as complexas exigências do século XXI não se restringem, tão somente, à mera aquisição de novas tecnologias disruptivas. Os riscos de se empregar modelos antiquados para gerir novos recursos e interpretar novas dinâmicas são enormes. Segundo Peter Drucker (1980, n.p.), “o maior perigo em tempos turbulentos não é a turbulência em si, mas agir com a lógica do passado”. A sequência de eventos que levou à deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914, ilustra tal fato. “Os líderes mundiais, em particular, deveriam ter isso sempre em mente, a fim de evitar que uma desnecessária sucessão de equívocos, justificada pelo acirramento da competição global, possa, mais uma vez, definir o curso da história” (VISACRO, 2019a, p. 51).

Ademais, o fascínio exercido pelo “choque do aço na batalha decisiva”, ainda, afeta significativamente o juízo acerca do uso da força. Episódios como Gettysburg (1863), Sadowa (1866), Sedan (1870), Tsushima (1905), Tannenberg (1914), Midway (1942), El Alamein (1942), Guadalcanal (1943), Stalingrado (1943) ou Golã (1973), por exemplo, constituem arquétipos que dão sustentação ao pensamento ortodoxo. Embora as tradicionais formas de beligerância não possam ser descartadas ou negligenciadas, elas devem ser consideradas dentro de um novo e mais amplo contexto. Afinal, novas abordagens estratégicas e novas dinâmicas sociais têm relativizado o emprego do instrumento militar.

2 Em Busca de Alternativas para Desafiar a Hegemonia Norte-Americana

Os Estados nacionais, como entes políticos, ainda competem acirradamente entre si, guiados pela tradicional *raison d'état* e pelos preceitos realista da escola de Hans Morgenthau (BITTENCOURT, 2017, p. 4). “Todavia, têm diversificado as formas de enfrentamento e procurado reduzir a visibilidade de suas ações estratégicas, em face de uma opinião pública cada vez mais intolerante e impaciente, e menos disposta a arcar com os custos de uma guerra total” (VISACRO, 2018, p. 167). Embora os princípios do realismo político delineados por Morgenthau em sua mais célebre obra, *Politics among nations*, permaneçam válidos, os recursos e alternativas com os quais os Estados perseguem seus interesses parecem ter se ampliado.

Especialmente, Rússia, China e Irã vêm desenvolvendo estratégias menos ortodoxas com o propósito de se anteporem à hegemonia militar norte-americana. Espectadores da surpreen-

dente exibição de poderio bélico durante a Guerra do Golfo em 1991, esses países se convenceram de que os Estados Unidos haviam se tornado virtualmente imbatíveis em um campo de batalha convencional. Nenhuma outra força armada do planeta poderia confrontar-lhes, aventurando-se em um embate campal direto, conduzido de acordo com o “paradigma da guerra industrial entre Estados” (SMITH, 2008, p. 49-139).

Anos mais tarde, em fevereiro de 1999, dois oficiais da Força Aérea chinesa, Qiao Liang e Wang Xiangsui, publicaram um livro que se tornaria célebre, intitulado “A Guerra Além dos Limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização”. A obra propunha ações e procedimentos que transcendiam as usuais táticas militares, visando a compensar a inferioridade militar de países emergentes, como a China em particular, no caso de um conflito envolvendo meios de alta tecnologia. Segundo os autores:

A guerra como nós a conhecíamos, descrita em termos gloriosos e dominantes, até a conclusão do recente conflito, marcando um ápice na história militar, deixou de ser considerada um dos mais importantes eventos no cenário mundial, e passou a ter a importância de um ator secundário. [...] A questão é que as forças multinacionais lideradas pelos Estados Unidos, operando na região desértica do Kuwait, marcaram o fim de um período, inaugurando, assim, uma nova era. [...] Tudo isso ainda é indeterminado. A única conclusão certa é a de que, a partir de agora, a guerra não será mais como sempre foi. [...] A guerra, que se submeteu às mudanças da moderna tecnologia e do sistema de mercado, será desencadeada de formas ainda mais atípicas. Em outras palavras, enquanto presenciamos uma relativa redução na violência militar, estamos evidenciando, definitivamente, um aumento na violência política, econômica e tecnológica (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 4-6).

O atual Chefe do Estado-Maior Geral da Rússia, general Valery Gerasimov, tem feito menção, de forma recorrente, à adoção de estratégias mais ecléticas, não calcadas exclusivamente no uso do poderio bélico convencional (VISACRO, 2019c, p. 21). Curiosamente, ele se vale de sua interpretação pessoal acerca das ferramentas diplomáticas, informacionais, militares e econômicas dos EUA para fundamentar sua argumentação. O teor de suas ideias tem dado forma àquilo que analistas chamam de “Doutrina Gerasimov” ou, parafraseando o próprio general, “Guerra de Nova Geração” russa:

A ênfase no conteúdo dos métodos de enfrentamento está mudando em direção ao amplo emprego de medidas políticas, econômicas, diplomáticas, informacionais e outras medidas não militares, implementadas com o envolvimento do potencial de protesto de uma população. Formas e meios não militares de luta têm sido objeto de um desenvolvimento sem precedentes, adquirindo um caráter perigoso e, às vezes, violento (GERASIMOV, 2017, p. 25, tradução nossa).

Além disso, o conjunto de participantes de um conflito militar está se ampliando. Junto com forças regulares, o potencial interno de protesto de uma população vem sendo

utilizado, assim como grupos terroristas e organizações extremistas [...] Está havendo uma mudança de operações sequenciadas e concentradas para operações dispersas conduzidas simultaneamente em todas as esferas de confrontação e em remotos teatros de guerra (GERASIMOV, 2019, p. 132, tradução nossa).

Dessa forma, as novas estratégias esboçadas pelos governos de Moscou, Pequim e Teerã, ao longo das últimas décadas, se subordinaram a três premissas, quais sejam:

- I. Um embate direto contra as forças armadas dos Estados Unidos seria extremamente desvantajoso e arriscado, portanto, deveria ser evitado;
- II. Outros meios, que não as alternativas militares tradicionais, deveriam ser empregados na consecução dos objetivos nacionais; isso significaria atribuir maior ênfase às ações políticas, diplomáticas, geoeconômicas e informacionais, em detrimento das ações no campo militar, bem como desenvolver outros métodos indiretos de engajamento, como, por exemplo, guerra não convencional, operações de informação e guerra cibernética; e
- III. Dispor de poderio bélico convencional que, embora não fosse suficiente para lhes assegurar uma vitória militar definitiva sobre os Estados Unidos, alterasse a relação custo benefício de uma eventual intervenção norte-americana, tornando-a desvantajosa, a fim de criar um impasse estratégico do qual pudessem tirar proveito, explorando as ambiguidades e contradições do sistema internacional (VISACRO, 2019c, p. 22).

Desde então, as opções políticas e estratégicas traçadas por Rússia, China e Irã se desenvolvem, em linhas gerais, de acordo com a seguinte sequência lógica:

1º) **Emprego “agressivo” de meios não militares, apoiados por alternativas militares de efeito não cinético (não letais), sobretudo operações de informação e guerra cibernética.** Isso lhes permite moldar o ambiente a seu favor, reduzindo progressivamente a influência e o poder de ingerência dos Estados Unidos em determinada área geográfica, ao mesmo tempo que lhes assegura expandir sua própria presença no âmbito regional. As iniciativas geoeconômicas empreendidas pelos chineses na África e na América Latina se prestam como exemplo, assim como as campanhas informacionais russas na Europa e as ações políticas levadas a efeito por Teerã junto às lideranças xiitas do Afeganistão, Iraque, Síria e Líbano (VISACRO, 2019c, p. 22).

2º) **Emprego de meios militares para alcançar objetivos estratégicos, sem, contudo, provocar uma intervenção norte-americana.** Isso significa admitir uma escalada violenta do conflito até um limite que anteceda uma ação decisiva do governo de Washington. Nessa fase, é possível observar o emprego limitado de forças convencionais, combinado com o hábil uso de ferramentas diplomáticas e informacionais, além de práticas de guerra não convencional, sobretudo, o intenso uso de *proxies*, como os russos têm feito, patrocinando os separatistas no leste da Ucrânia ou por meio de milícias xiitas e do *Wagner Group*, uma companhia militar privada a serviço do Kremlin, na guerra civil síria (ARANHA, 2018)

Bem como o Irã por meio do *Hezbollah*; e a China promovendo atividades paramilitares nas ilhas Senkaku (MORRIS et al., 2019, p. 95), por exemplo. Por fim:

3º) **Eventual emprego de capacidades de antiacesso e negação de área** (A2-AD, da sigla em inglês), valendo-se de sofisticados meios aéreos, navais e de defesa antimísseis, incluindo armas antissatélites, apoiados por operações de informação, atividades cibernéticas e de guerra eletrônica, a fim de restringir o ingresso de forças norte-americanas no teatro de operações (VISACRO, 2019c, p. 22).

Como sugere o estabelecimento de robustas bases militares chinesas em recifes artificiais na área delimitada pela “Linha dos Nove Traços” no Mar da China Meridional (ARQUILLA, 2018, p. 118), além do teste, realizado em 2007, que resultou na destruição de um satélite meteorológico chinês por um míssil de ataque cinético lançado a partir da superfície terrestre (DESCHENES, 2019, p. 110).

Segundo o general Joseph Dunford: Rússia, China e Irã empregam “coerção econômica, influência política, guerra não convencional, operações de informação [e] guerra cibernética para promoverem seus interesses e de uma maneira que eles sabem que nós não temos uma resposta efetiva. Eles, ao contrário de nós, estão aptos a integrar toda gama de capacidades que o Estado possui para alcançar seus objetivos” (MORRIS et al., 2019, p. 2, tradução nossa).

Em face dessa realidade, os conceitos de *Guerra Híbrida e Conflito na Zona Cinza* têm recebido grande destaque na literatura especializada³. De acordo com uma análise elaborada pelo Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos EUA (TRADOC, na sigla em inglês):

Operações irregulares, frequentemente realizadas em conjunto com atividades terroristas, criminais ou de *proxies*, dentro da “zona cinza” que antecede o estado de guerra, vão desafiar nossa habilidade para enfrentar o inimigo e, possivelmente, apresentarão uma relação custo-benefício desvantajosa para nossos líderes políticos [...] Atores estatais e não estatais competem por poder e controle, usualmente, abaixo do limiar do conflito armado tradicional – ou encobrem e protegem suas atividades sob a égide de alternativas e doutrinas de emprego progressivo de armas de destruição em massa ou [fogos] convencionais de longa alcance (UNITED STATES, 2017b, p. 5, 13, tradução nossa).

Inúmeros documentos oficiais, como o “*The US Army in Multi-Domain Operations 2028*” elaborado pelo TRADOC no ano de 2018, descrevem com lucidez o contexto operacional (UNITED STATES, 2018). O próprio manual de campanha *FM 3-0 Operations* reconhece que os adversários dos Estados Unidos preferem atingir seus objetivos sem engajarem diretamente

3 Segundo o coronel Paulo Cesar Leal (2010, p. 10), do Exército Brasileiro, a guerra híbrida emprega uma ampla gama de recursos, combinando ferramentas de guerra convencional e não convencional, a saber: forças regulares e irregulares, forças especiais, apoio a manifestações locais, guerra de informação, diplomacia, ataques cibernéticos e guerra econômica. De acordo com Hal Brands (apud ARQUILLA, 2018, p. 121, tradução nossa), o conflito na zona cinza “é uma atividade coercitiva e agressiva por natureza, mas deliberadamente concebida para permanecer abaixo dos limites de um conflito militar convencional”. Ou seja, “a Zona Cinza se caracteriza por uma intensa competição política, econômica, informacional e militar, mais acirrada que a diplomacia tradicional, porém inferior à guerra convencional” (VOTEL et al., 2016, p. 102, tradução nossa).

suas forças em combate. E vai além: “as forças oponentes retratam inimigos dotados de moderna tecnologia para gerar combinações de ameaças convencionais, irregulares e disruptivas em cada um dos cinco domínios e no ambiente informacional” (UNITED STATES, 2017a, p. 1-9, 2-54, 3-4, tradução nossa).

As abordagens estratégicas alternativas, desenvolvidas pelas potências que desafiam a hegemonia norte-americana, têm lhes permitido avançar rumo à consecução de seus objetivos nacionais, enquanto investimentos expressivos são direcionados para suas respectivas forças militares, visando a gerar um incremento gradativo do poderio bélico convencional. A China, por exemplo, expandiu em 665% seus gastos com defesa no período compreendido entre 1996 e 2017 (HEGINBOTHAM; SAMUELS, 2018); somente no primeiro semestre de 2019, foram lançados ao mar 16 novos navios de guerra e sua marinha já é a maior do mundo em número de embarcações (GALANTE, 2019). Todavia, em face dos bons resultados obtidos, parece pouco provável que, em um futuro próximo, esses métodos heterodoxos sejam simplesmente abandonados para promover um retorno obtuso às tradicionais formas de enfrentamento direto. Talvez, o General Rocha Paiva, do Exército Brasileiro, esteja correto ao parafrasear Clausewitz em mensagem pessoal a este autor, datada de 29 de agosto de 2019: “a paz se tornou a continuação da guerra por outros meios”.

3 Uma Nova Dinâmica Conduz o Acirramento da Competição Estratégica

Além do impacto de tecnologias disruptivas, a humanidade se defronta, hoje, com um fluxo sem precedentes de pessoas, ideias, serviços, bens e capital. Modificações nos padrões migratórios, pressões demográficas, urbanização incontida e degradação ambiental se somam a mudanças políticas, transformações econômicas globais e, sobretudo, profundas alterações nas expectativas, valores e normas sociais (NAÍM, 2013, p. 33). Hiperconectividade e interdependência impõem lógicas de convergência e hibridização (MATFESS; MIKLAUCIC, 2016, p. x), levando a uma redefinição daquilo que entendíamos como *tempo, distância e poder*. Em meio à crise de legitimidade da democracia representativa (HOBSBAWN, 2007, p. 97-115), surgem novos desafios à tradicional ordem vestfaliana, como a ascensão de atores não estatais e falência governamental endêmica, por exemplo. A sobreposição, cada vez mais comum, de “*hot spots*” e “*black spots*”⁴ sugere o advento de uma ordem neo-feudal em algumas áreas geográficas importantes ao redor do planeta.

Atores estatais e não-estatais atuam freneticamente, exibindo crescente autonomia. Todavia, permanecem intimamente conectados dando forma a ameaças híbridas que permeiam sistemas complexos adaptativos. Tem-se uma enorme multiplicidade de meios (militares e não militares) empregados na condução da guerra, onde ações nos campos político, econômico e psicossocial se sobrepõem a esforços no campo militar. Destaca-se, ainda, a ascendência das dimensões humana e, principalmente, informacional sobre o tradicional confronto no domínio físico. Este cenário impõe a adoção de uma estratégia de múltiplos componentes ou “*multicomponent strategy*” (MORRIS et al., 2019, p. xviii), além de uma concepção sistêmica e multidimensional de segurança, que transcenda o arraigado paradigma vestfaliano de defesa nacional *stricto sensu* (figura 1).

⁴ Usualmente, as áreas conflagradas são conhecidas como “*hot spots*”. Bartosz Hieronim Stanislawski cunhou o termo “*black spot*” para designar áreas não governadas no interior do Estado, capazes de gerar e propagar insegurança (SOUZA, 2012).

Figura 1 – Conflito na Zona Cinza



Fonte: Visacro (2019b, p. 59).

Diante de tais fatos, devemos admitir que guerra híbrida e conflito na zona cinza, talvez, não sejam, tão somente, meras opções estratégicas ao alcance dos adversários dos EUA. Na verdade, trata-se de uma consequência natural do ambiente de conflito do século XXI. Uma análise recentemente elaborada pela *RAND Corporation* enfatiza que “o primeiro e mais importante princípio [que deve orientar a postura norte-americana] é que os EUA não devem se limitar, apenas, a mitigar perdas na zona cinza, mas devem também buscar obter vantagens estratégicas [nesse tipo de ambiente]” (MORRIS et al., 2019, p. 130, tradução nossa).

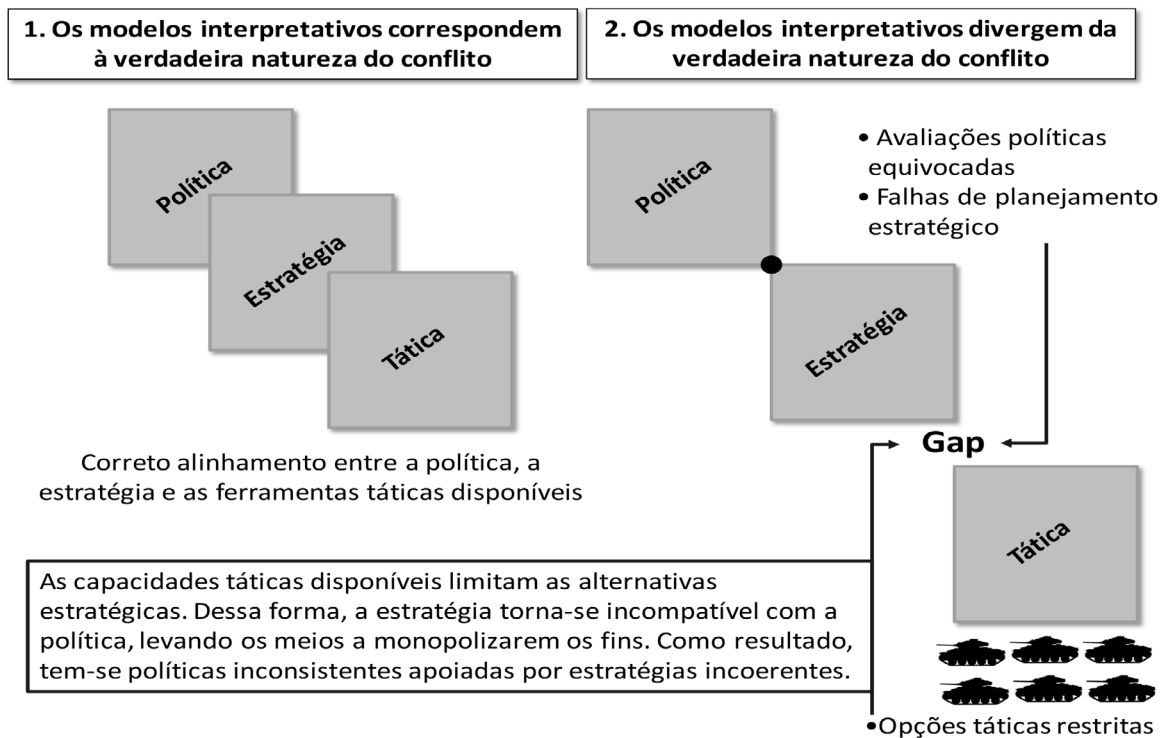
Segundo John Troxell (2018, p. 6, tradução nossa), “a guerra de informação, guerra cibernética e competição econômica internacional não são necessariamente novas abordagens ou métodos para os Estados buscarem objetivos de segurança nacional, mas o contexto em que estão sendo aplicadas e a importância que assumiram são algo significativamente novo”. O que temos, de fato, é o tradicional exercício da *realpolitik* com um portfólio mais diversificado de meios e, talvez, com menos amarras morais. As disputas geopolíticas entre Estados soberanos sempre foram comparadas a uma partida de xadrez. Contudo, parecem existir novas regras em um mundo globalizado e profundamente afetado pela revolução digital, no qual as distâncias e o tempo foram virtualmente abolidos (HOBBSAWN, 2007, p. 37) e o poder sensivelmente degradado (NAÍM, 2013). Imaginemos, então, um tabuleiro que comporta mais de dois adversários ao mesmo tempo. Algumas peças são autônomas, possuem vontade própria, movendo-se de forma independente. O perfil de jogo das peças

sofre modificações no decorrer da partida – a torre avança na diagonal como um bispo, e um peão retrocede várias casas! Os jogadores são livres para se movimentarem sem respeitar o tempo destinado aos outros adversários. Possivelmente, essa analogia retrate os complexos desafios do século XXI de forma mais apropriada (VISACRO, 2019c, p. 23).

Entretanto, convém lembrar que o jogo de estratégia chinês é o Go (ou *Wei-Chi*) e não o xadrez – de origem persa. Essa sutil diferença talvez oculte concepções estratégicas bastante distintas entre o Ocidente de Clausewitz e o Oriente de Sun Tzu. Segundo o major Jamie Schwandt, do Exército dos Estados Unidos: “No xadrez, a filosofia subjacente é vencer por meio de uma vitória decisiva com o claro objetivo de capturar o rei inimigo e destruir as forças inimigas. O xadrez é um jogo linear com um centro de gravidade simples – o rei. Iniciamos o jogo com todas as peças no tabuleiro, buscando avançar linearmente em uma guerra de atrito” (SCHWANDT, 2018, p. 21, tradução nossa). No Go, a vitória depende do acúmulo de peças que leva ao controle do tabuleiro, ou seja, o jogo adquire um caráter construtivo. Já uma partida de xadrez reproduz um processo estratégico-militar eminentemente destrutivo, apoiado na eliminação das peças e alternativas do adversário (MCNEILLY, 2003, p. 37).

Enquanto seus oponentes são guiados por um realismo amoral, a diplomacia dos EUA combina a defesa dos interesses nacionais com a promoção de valores e ideias que a sociedade norte-americana entende como universais (KISSINGER, 2012, p. 13). Não raro, quando o governo de Washington tenta compatibilizar a real política e o equilíbrio de poder com a proteção desses valores, ele se vê preso em suas próprias contradições, criando ambiguidades que seus oponentes sabem explorar com maestria, sobretudo, nas dimensões humana e informacional. O fato de Washington insistir no uso do instrumento militar para perseguir objetivos políticos inalcançáveis explica grande parte dos reveses sofridos pelos EUA, a despeito da notável proficiência de suas forças armadas no campo de batalha. Por outro lado, quase sempre, os soldados atribuem as causas do fracasso na guerra, apenas, a decisões políticas equivocadas e a falhas de planejamento estratégico, sem admitirem a sua própria inépcia diante de qualquer conflito que não esteja em plena conformidade com o modelo de guerra industrial entre Estados (figura 2).

Figura 2 – Alinhamento e Gap – Para fins didáticos, nesta ilustração, está implícito o nível operacional como a estratégia do teatro de operações.



Fonte: O autor (2020).

O fato de Rússia, China e Irã desafiarem a hegemonia norte-americana retrata uma dinâmica multipolar muito próxima do cenário previsto por Samuel Huntington (1998) em sua controversa obra “O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial” (VISACRO, 2019c, p. 18). Manejar essa dinâmica não significa, necessariamente, fomentar, de forma inconsequente, o acirramento da competição estratégica. A obsessão pelos pontos de atrito e focos de divergências pode eclipsar as muitas oportunidades de distensão, além de induzir seus adversários a cooperarem entre si (TRENIN, 2019).

De acordo com o cientista político Graham Allison, nos últimos 500 anos, por 16 vezes uma potência emergente desafiou o *status quo* da potência dominante. Em 12 casos, a disputa resultou em conflito armado – quase sempre deflagrado por um evento secundário, associado a um ator de menor importância, como o assassinato do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando em 1914, por exemplo (ALLISON, 2018). Dessa forma, a “armadilha de Tucídides” não pode ser ignorada no atual contexto geopolítico, sobretudo, se levarmos em consideração que o declínio da hegemonia norte-americana vem acompanhado de um aumento expressivo no número de “guerras por procuração”, renovada ênfase no poderio bélico convencional e iniciativas cada vez mais ousadas na “zona cinza” que antecede uma confrontação formal entre Estados.

Disponer de forças armadas dotadas de significativo poder dissuasório continua sendo essencial, mas não é o suficiente. O instrumento militar deve estar apto, também, a oferecer alternativas mais flexíveis, que dêem suporte à consecução dos objetivos políticos nacionais, ao mesmo

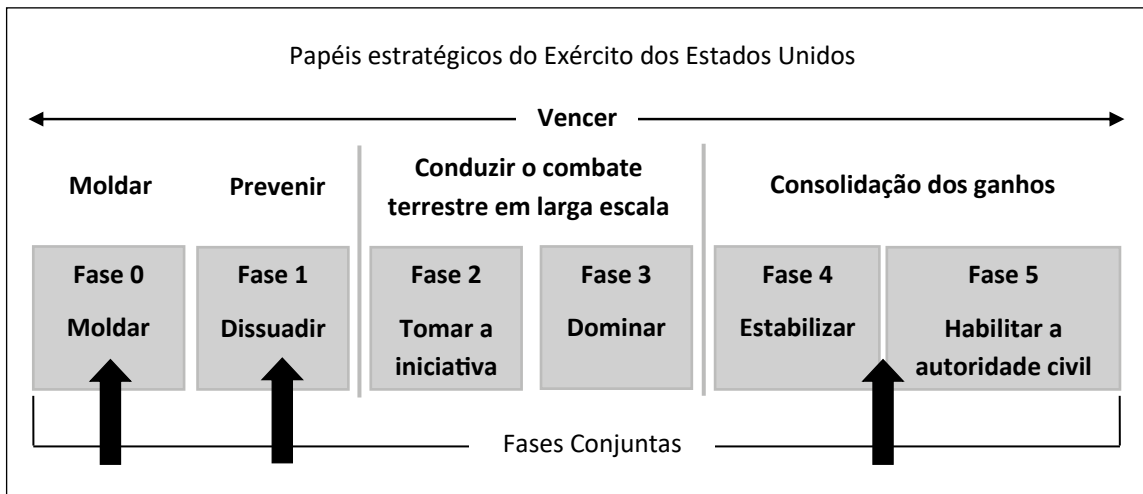
tempo em que promovam uma desescalada do conflito. Nesse sentido, as forças de operações especiais, as brigadas norte-americanas de assistência a força de segurança e a 6ª Divisão “de guerra híbrida” do Reino Unido, por exemplo, podem se mostrar bastante úteis (SENGUPTA, 2019).

4 Paradoxo do Poder Hegemônico

Espera-se que os próximos combates sejam marcados por engajamentos na órbita terrestre, velocidade hipersônica e fogos de maior alcance, precisão e letalidade. A luta será travada, simultaneamente, por atores estatais e não estatais, em águas internacionais, no domínio cibernético e em megacidades, onde hordas de jovens e crianças, confinadas em espaços segregados densamente povoados, serão cooptadas por práticas de violência abjeta, em um ambiente de caos, anomia e barbárie. Forças irregulares, mercenários e robôs militares autônomos, em meio a civis inocentes, protagonizarão as próximas batalhas, em detrimento dos enormes contingentes de “cidadãos soldados” legados da Revolução Francesa e que caracterizaram as principais guerras do século XX.

Forças militares norte-americanas, provavelmente, serão requeridas para desempenhar um papel estratégico importante nas fases que antecedem a deflagração de uma guerra total ou no pós-conflito. Decerto, serão exigidas capacidades sofisticadas em múltiplos domínios contestados por adversários com poderio bélico equiparado. Mas, muito dificilmente, travarão um combate convencional de larga escala em toda sua plenitude, como advogam os mais ortodoxos discípulos de Clausewitz (VISACRO, 2019c, p. 23). Vide figura 3:

Figura 3 – Relação entre os papéis estratégicos do Exército e as fases conjuntas.



As setas indicam a maior probabilidade de emprego de forças norte-americanas

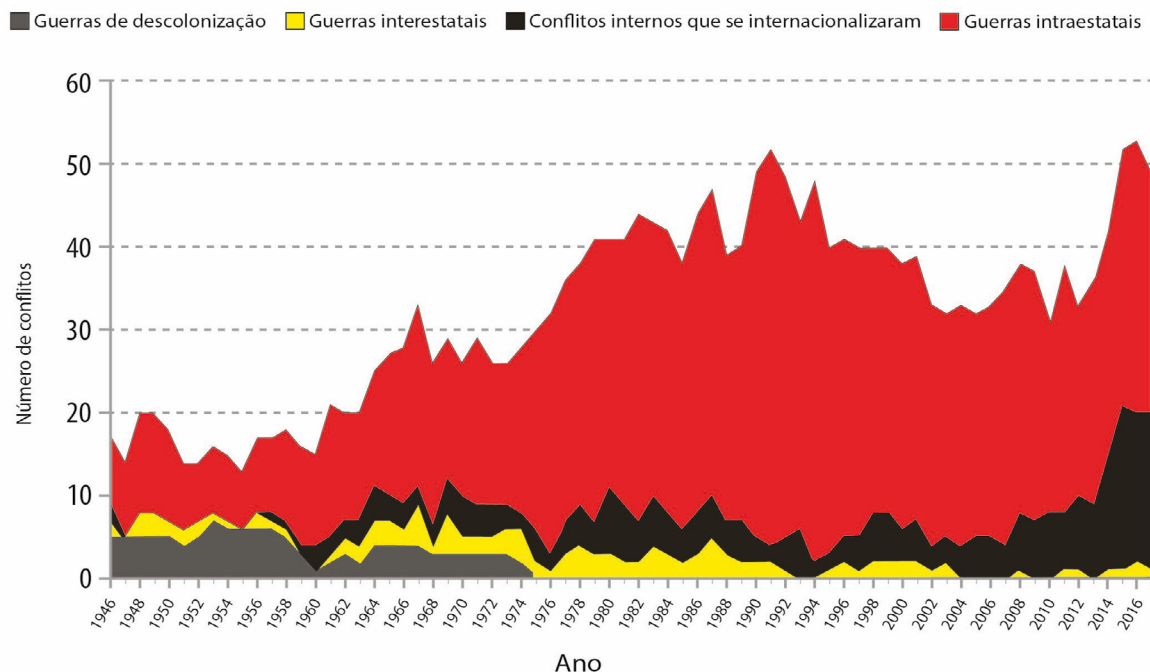
Fonte: Adaptado de United States (2017a).

De acordo com David Kilcullen (2013, p. 103, tradução nossa):

Conflitos entre Estados sempre foram relativamente raros e estão se tornando cada vez menos frequentes. Por outro lado, a guerra irregular tem sido historicamente a principal forma de violência organizada ao redor do planeta e é provável que continue assim [...]. Com o arrefecimento das guerras no Iraque e no Afeganistão, o renovado foco dos Estados Unidos em ameaças convencionais só irá reforçar essa tendência, uma vez que a supremacia militar norte-americana significa que nenhum inimigo, no seu juízo perfeito, irá preferir lutar uma guerra convencional contra as forças norte-americanas, e isso induz todos os seus potenciais adversários – estatais ou não – ao uso de métodos irregulares [...]. Em particular, os governos que adquirirem armas nucleares, as quais lhes permitirão dissuadir ataques convencionais, deverão patrocinar “guerras por procuração” contra seus oponentes.

O expressivo incremento de conflitos irregulares, nas décadas que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, respalda a afirmação de Kilcullen. Como resultado da frenética corrida armamentista entre as forças da OTAN e do Pacto de Varsóvia, chegou-se a um impasse estratégico, definido segundo a teoria da “Destruição Mútua Assegurada” – sugestivamente conhecida pelo acrônimo MAD, na sigla em inglês. Ou seja, o equilíbrio dos vastos arsenais atômicos de ambas super potências, EUA e a União Soviética, elevou os riscos de um confronto direto na Europa a patamares simplesmente inaceitáveis, fazendo do Terceiro Mundo o verdadeiro campo de batalha da Guerra Fria, como demonstra a figura 4 (VISACRO, 2009, p. 23-25).

Figura 4 – Natureza dos conflitos armados entre 1946 e 2017.



Fonte: Pettersson e Eck (2018).

Segundo o general Álvaro de Souza Pinheiro (2008, n.p.), do Exército Brasileiro, “a probabilidade de conflitos de maior intensidade entre Estados nacionais desenvolvidos está decrescendo sensivelmente; mesmo que se aceite a possibilidade realística da eclosão de confrontações armadas entre atores estatais, o mais provável é que empreguem métodos assimétricos de guerra”. Em um artigo para o *Washington Post*, o colunista Max Boot foi ainda mais enfático, assegurando que os Estados Unidos estão, simplesmente, se preparando para lutar a guerra errada (BOOT, 2018).

Na verdade, os soldados norte-americanos se vêem presos em um paradoxo, que poderíamos chamar de “paradoxo do poder hegemônico”. Isto é, os Estados Unidos são obrigados a envidar esforços e investimentos expressivos, a fim de obterem uma superioridade bélica incontestável, que lhes dá, apenas, a certeza de que lutarão em conflitos situados abaixo do espectro da guerra total. Afinal, como observou o general britânico Rupert Smith (2008, p. 10), “o adversário costuma jogar com as nossas fraquezas e não com os nossos pontos fortes”. De certa forma, o general Michael Lundy e o coronel Richard Creed (2018, p. 21, tradução nossa) admitem essa aparente contradição ao afirmarem que “o Exército não pode se dar ao luxo de focar, apenas, no combate terrestre em larga escala às expensas de outras missões requeridas pela nação, mas, ao mesmo tempo, não pode se permitir estar despreparado para esse tipo de operação em um mundo, cada vez mais, instável”.

O maior perigo, neste contexto, está na possibilidade de os líderes norte-americanos se deixarem atrair para uma disputa tecnológica, armamentista e geopolítica, cuja intensidade e amplitude levem à super extensão e virtual esgotamento dos recursos e capacidades dos EUA, a exemplo do que aconteceu com a União Soviética durante a Guerra Fria. Rússia e China sabem disso e apostam no ritmo da competição, além do contínuo engajamento norte-americano ao redor do planeta, como meio para exaurir paulatinamente seu adversário ocidental.

É temerário, também, que os soldados profissionais cedam à tentação de se dedicarem exclusivamente (ou quase exclusivamente) às operações de combate em larga escala, em detrimento de outras capacidades, como a guerra não convencional e a contrainsurgência, por exemplo. Na verdade, um exército que esteja preparado, apenas, para as grandes batalhas de atrito representará mais um estorvo do que um trunfo diante dos cenários “voláteis, incertos, complexos e ambíguos” do século XXI. Ou seja, o Exército dos EUA deve, necessariamente, ser capazes de realizar rápida transição entre conflitos que apresentem níveis variáveis de intensidade, lutando em um ou mais teatros de operações simultaneamente. Mas, além disso, ele deve demonstrar aptidão para travar as guerras regular e irregular no mesmo local, ao mesmo tempo e com a mesma proficiência, como determinou o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Mark Milley (MILLEY; SPER, 2018a, 2018b). Isso exige que as competências necessárias para sobrepular adversários estatais e não estatais sejam, concomitantemente, desenvolvidas ao longo de todo o processo de preparo profissional da Força e não de forma segregada, como tem sido usual.

Convém destacar que, embora o manual *FM 3-0 Operations* atribua, de forma explícita, ênfase ao combate convencional entre forças regulares de maior envergadura, a doutrina expressa em suas páginas não segrega operações de “guerra” e “não guerra”, admitindo a possibilidade de que o Exército, no desempenho de todos os seus papéis estratégicos (figura 3), engaje-se em ope-

rações de contrainsurgência, ajuda humanitária, assistência militar, dentre outras, no contexto de operações de estabilidade mais amplas.

5 O.K. Curral

O conceito de Operações em Múltiplos Domínios tem como ideia central o desenvolvimento de capacidades que permitam às forças do Exército penetrar e desintegrar, quando necessário, os sistemas A2-D2 inimigos e, depois, explorar a liberdade de manobra resultante, a fim de alcançar os objetivos estratégicos (UNITED STATES, 2018, p. vii). Essa concepção tende a realçar, sobremaneira, a importância da vitória logo na primeira batalha como pré-requisito para a permanência das forças no interior do teatro de operações.

O fator tempo também é crucial. Conflitos de baixa intensidade podem perdurar por muitas décadas de forma inconclusiva, mas a aquiescência da opinião pública em relação ao emprego massivo do poderio bélico repousa, dentre outras coisas, na perspectiva de uma campanha curta. Ademais, armas hipersônicas, inteligência artificial, ataques cibernéticos, informações instantâneas e outras inovações tecnológicas imprimem um ritmo aos acontecimentos muito superior ao tempo de reação humano, aumentando exponencialmente a velocidade dos engajamentos (UNITED STATES, 2017b, p. 15). Decerto, as burocracias tradicionais não serão ágeis o suficiente para acompanhar a dinâmica do combate.

Tudo isso leva a crer que um eventual conflito de maior envergadura, em um futuro próximo, não admitirá “nova derrota no passo de Kasserine”⁵. Ou seja, o primeiro confronto pode ser decisivo em virtude de suas implicações estratégicas. Portanto, é natural que esse conjunto de circunstâncias contribua para o desenvolvimento de uma mentalidade do tipo “*duelo no O.K. Curral*”⁶ – uma cultura orientada para um embate efêmero, derradeiro e definitivo entre as forças do bem e do mal. De certa forma, a própria terminologia em uso já expressa um pouco dessa crença. Se referir à usual batalha de atrito como “ação decisiva”, por exemplo, pode induzir subliminarmente os incautos a privilegiarem suas necessidades táticas em detrimento de considerações políticas e estratégicas mais relevantes.

Entretanto, existem dois grandes problemas embutidos nessa lógica.

Primeiro, a obsessão pela vitória na batalha inicial pode precipitá-la. No período anterior a 1914, por exemplo, os militares europeus estavam convencidos de que a primeira nação a ordenar a mobilização de seus exércitos teria uma vantagem estratégica decisiva sobre seus oponentes. Assim sendo, os generais, com suas planilhas de mobilização, contribuíram enormemente para a deflagração da guerra, advogando planejamentos estratégicos que comprimiam as margens de tempo disponíveis para se tomar decisões cruciais no nível político (KISSINGER, 2012, p. 177).

5 Derrota imposta, em 1943, pelo *Afrika Korps* ao Exército dos Estados Unidos, na Tunísia. No ano anterior, tropas aliadas desembarcaram no norte da África e, até então, o progresso da campanha era satisfatório. A vitória obtida por Rommel e seus experimentados soldados tornou evidente que as tropas norte-americanas, no início de sua participação na guerra contra a Alemanha nazista, ainda careciam de melhor performance tática.

6 Famoso tiroteio ocorrido no Estado norte-americano do Arizona, em 1881, envolvendo oficiais de polícia (notadamente os três irmãos Earp) e um pequeno grupo de *cowboys* fora da lei. Este episódio do “velho oeste” tem sido retratado de forma indevida no imaginário popular como o arquétipo da derradeira luta entre o bem e o mal.

Segundo, o inimigo pode estar apto a refutar um “duelo com os irmãos Earp” ou aceitar confrontá-los repetidas vezes. Em 1812, a recusa do general Kutuzov em oferecer uma batalha decisiva a Napoleão foi a chave do sucesso russo. Em 1941, a despeito da incapacidade de o Exército Vermelho refrear o avanço inicial da Wehrmacht, nenhuma das inúmeras derrotas sofridas foi decisiva. O poder soviético de prolongar indefinidamente uma campanha de proporções inimagináveis, enquanto os recursos militares da Alemanha nazista inevitavelmente se exauriam, resultou na vitória de Stalin. No final, a superioridade qualitativa do Exército de Hitler pouco importou. Durante o conflito no Vietnã, mesmo perdendo praticamente todas as batalhas, Hanói foi capaz de sustentar, por tempo indeterminado, seu enorme esforço de guerra. Enquanto isso, o capital político de Washington se esvaía e a coesão nacional norte-americana era colocada à prova. Tais aspectos devem ser levados em consideração diante de uma China dotada de recursos humanos e materiais aparentemente infinitos, além de líderes nacionais que, ao contrário das volúveis democracias, se mantêm obstinadamente focados em metas políticas e estratégicas de mais longo prazo.

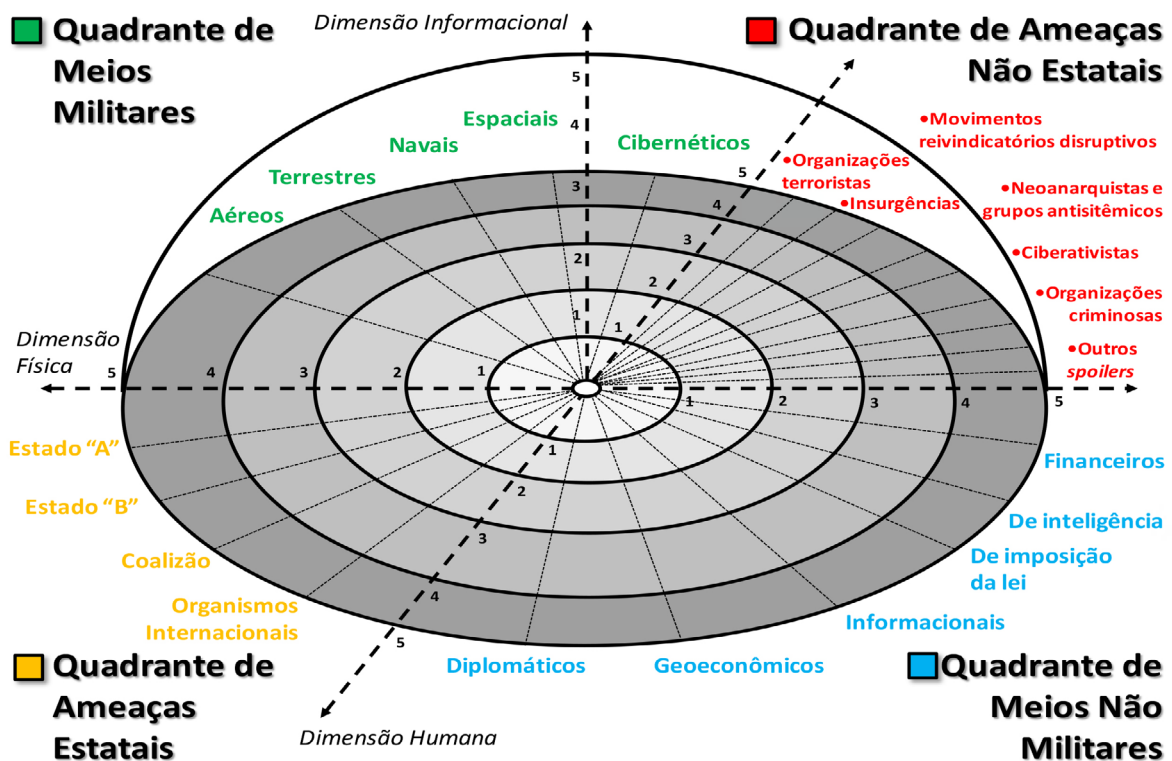
6 “Information Drives Operations”

O manual *FM 3-0 Operations* admite que “no conflito moderno, as informações se tornaram tão importantes quanto a ação letal para determinar os resultados das operações” (UNITED STATES, 2017a, p. 2-23, tradução nossa). Todavia, é natural que, ao priorizarem o treinamento para o combate em larga escala, os soldados atribuam maior importância às ações cinéticas. Essa ênfase, muitas vezes indevida, tende a prevalecer também no campo de batalha. Como Wilson Blythe e Luke Calhoun advertem (2019, p. 17, tradução nossa), “acabaram-se os dias nos quais o sucesso da campanha podia ser obtido somente por meio das tradicionais operações de combate. As vitórias, nos campos de batalha físicos do século XXI, serão fugazes, a menos que sejam atreladas a uma campanha de operações de informação integrada”. “Decerto, os exércitos continuarão fazendo uso da força letal – não raro, aplicando enorme capacidade destrutiva. Entretanto, se almejam alcançar a vitória deverão fazê-lo de acordo com um novo conjunto de propósitos. Trata-se de uma redefinição do foco, transpondo-o do “cinético físico” para o “estratégico informacional” (VISACRO, 2019b, p. 66).

Nada deve nos levar a subestimar a importância da aplicação do poderio bélico convencional para obtermos resultados decisivos. Entretanto, precisamos reconhecer que “as usuais ações táticas de efeito cinético na dimensão física só terão utilidade na medida em que forem orientadas para a consecução de uma meta psicológica que possa ser amplamente explorada e potencializada pela propaganda nos níveis político e estratégico, fazendo parte de um contexto informacional mais amplo. Assim sendo, torna-se imprescindível agregar valor psicológico às ações em força típicas dos combates convencionais. Caso contrário, tais ações mostrar-se-ão contraproducentes e, portanto, desnecessárias” (VISACRO, 2018, p. 138). “Vencer a guerra, por meio de operações de informação, antes de travar a batalha, tornar-se-á um imperativo; e as forças terrestres precisarão contribuir para manipular a percepção na dimensão cognitiva como elemento fundamental das operações militares” (UNITED STATES, 2017b, p. 16, tradução nossa).

A figura 5 permite identificar graficamente o quão limitadas se tornam as ações táticas de efeito cinético na dimensão física, caso elas estejam dissociadas de todo o espectro de conflitualidade. Tomemos como exemplo uma ação que tenha por objetivo, tão somente, a degradação do poder de combate de uma força regular oponente. Ela apresentaria um perfil linear desprovido de uma perspectiva espacial mais profunda, pois estaria restrita ao eixo horizontal do quadrante de meios militares. Ou seja, sem uma visão sistêmica mais ampla, qualquer esforço, ainda que imprescindível, tende a se tornar pífio.

Figura 5 – Espectro do conflito



Fonte: Fonte: Adaptado de Visacro e Doktorczyk (apud VISACRO, 2019b, p. 65).

Sincronizar as funções de combate em múltiplos domínios pode levar à destruição das forças militares do inimigo na batalha de atrito. Porém, a vitória na guerra depende da hábil combinação de ações cinéticas e não cinéticas nas dimensões física, humana e informacional, a fim de contribuir para a consecução de um objetivo político tangível.

7 Conclusão

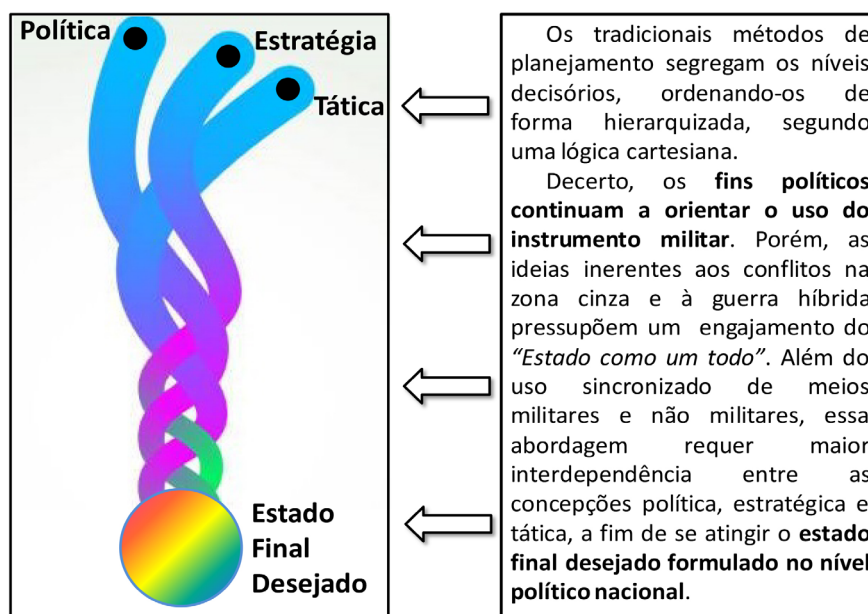
Metas políticas exequíveis devem orientar o planejamento estratégico. Por mais óbvia que essa assertiva possa parecer, a história oferece inúmeros exemplos de estadistas que empe-

nharam em vão os recursos da nação, perseguindo objetivos contraditórios ou inalcançáveis. Também, não são raros os casos nos quais a estratégia empregada se mostrou incompatível com o propósito político.

O acirramento da competição global, nos dias de hoje, se dá em um ritmo, amplitude e alcance sem precedentes. Decerto, o Gap de Suwalki não é um mero substituto para o Passo de Fulda. Ou seja, a complexidade inerente a cada problema regional, na atualidade, sugere a eficácia limitada de soluções advindas do século passado – incluindo a própria ordem internacional vigente.

Assim sendo, há que se ter cautela tanto na formulação de políticas de Estado quanto na busca por novos arranjos estratégicos. Paralelamente, o portfólio de alternativas oferecido pelo instrumento militar deve ampliar a flexibilidade no nível político nacional – não limitá-la (compare as figuras 2 e 6). Ao se opor à invasão do Iraque em 2003, o general Wesley Clark advertiu sobre os riscos de se criar expectativas exageradas acerca da utilização do poderio bélico convencional, em face da ausência de estratégias mais versáteis e menos ortodoxas. Fazendo alusão ao escritor Mark Twain, ele afirmou: “quando a única ferramenta que você dispõe é um martelo, todo problema tende a ser tratado como um prego” (CLARK, 2019, n.p., tradução nossa).

Figura 6 – Concepção política, estratégica e tática integrada



Fonte: O autor (2020).

Sem dúvida, o Exército dos EUA precisa estar pronto para prevalecer sobre seus oponentes, reafirmando sua superioridade em um combate convencional de larga escala. É inegável, também, que essa capacidade vem sendo progressivamente contestada por potências determinadas a desafiar o *status quo*, em termos regionais e globais. Assim sendo, a preocupação com o agravamento de uma crise que possa conduzir à guerra total é lícita e, portanto, não admite negligência. Todavia, não pode eclipsar aquilo que o TRADOC con-

sidera o primeiro problema operacional: como a força conjunta desempenhará seu papel de forma pró-ativa, adaptável e eficaz na acirrada competição que se mantém abaixo da linha de conflito? (UNITED STATES, 2018, p. viii).

As ações da “fase zero” (moldar) serão determinantes para o desfecho da crise, independentemente das proporções que ela venha a adquirir ao longo do tempo. Mesmo que o aumento das hostilidades não possa ser contido e culmine em um confronto aberto, as ações estratégicas empreendidas abaixo do espectro da guerra total não cessarão por completo. Do mesmo modo, iniciativas associadas à “consolidação dos ganhos” devem permear todos os papéis estratégicos do Exército, não se limitando apenas ao pós-conflito (UNITED STATES, 2017a, figura 1-13, p. 1-12). Isso exige enorme versatilidade do instrumento militar, além de extrema competência e genialidade dos comandantes em campanha.

Exibir superioridade bélica em múltiplos domínios é fundamental, mas, por si só, não será suficiente para dar suporte ao complexo jogo geopolítico que está pela frente:

Hoje, os requisitos mais urgentes são visualizar este amplo conjunto de desafios como algo coerente e integrado, e desenvolver um conceito estratégico global para guiar as respostas de longo prazo dos EUA e seus parceiros. Respostas específicas tomadas fora do contexto de um conceito estratégico maior podem desperdiçar recursos e gerar resultados contraproducentes. Mais do que desenvolver qualquer capacidade específica ou empreender qualquer ação particular, os EUA só vão estar totalmente em condições de enfrentar essa intensa competição abaixo do limiar da guerra [total], quando se organizarem verdadeiramente – seu pensamento, sua coordenação intra-governamental e sua implementação regional – para o desafio (MORRIS et al., 2019, p. 187, tradução nossa).

Portanto, o processo de formulação doutrinária deve prevenir o surgimento de um perigoso *gap* conceitual entre a estratégica e a tática, como já existiu no passado. Após um breve período de cega exaltação das “operações de combate em larga escala” (LSCO, na sigla em inglês), muitos analistas já reconhecem que, embora seja imprescindível, a mera ênfase na regeneração e ampliação de capacidades bélicas convencionais não trará as respostas para os complexos desafios estratégicos contemporâneos. A engenhosidade, criatividade e determinação características do soldado dos EUA, certamente, o levarão à vitória na próxima batalha. Contudo, uma abordagem heterodoxa das Operações em Múltiplos Domínios pode ser a chave para sua vitória na próxima guerra.

Referências

- ALLISON, G. **Is war between China and US inevitable?** [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (18 min). Publicado pelo canal TED. Disponível em: <https://youtu.be/XewnyUJgyA4>. Acesso em: 4 set. 2019.
- ARANHA, F. Guerra híbrida: desvendando a PMC Wagner. **Defesanet**, [s. l.], 7 jul. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2tIcqFx>. Acesso em: 1 set. 2018.
- ARQUILLA, J. Perils of the Gray Zone: paradigms lost, paradoxes regained. **Prism**, Washington, DC, v. 7, n. 3, p. 118-128, maio 2018.
- BITTENCOURT, P. V. Z. Política internacional do pensamento realista à teoria neorrealista: o pensamento teórico de Hans Morgenthau e Kenneth Waltz em perspectiva comparada. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-22, 2017.
- BLYTHE JR, W. C.; CALHOUN, L. T. How We Win the Competition for Influence. **Military Review**, Leavenworth, v. 99, n. 3, p. 37-47, May/June 2019.
- BOOT, M. The United States is preparing for the wrong war. **The Washington Post**, Washington, DC, 29 Mar. 2018. Disponível em: <https://wapo.st/2GgaKWs>. Acesso em: 1 set. 2018.
- CAVALCANTI, M. **O trabalho**. Campinas: Instituto CPFL, 23 set. 2009. *Podcast*. Disponível em: <https://bit.ly/2vf9CAj>. Acesso em: 3 out. 2018.
- CLARK, W. General Wesley Clark on Wars nails and hammers. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal huszar. Disponível em: <https://bit.ly/30QpRPZ>. Acesso em: 4 set. 2019.
- CREED, R. What's Wrong With FM 3-0? Well, Most People Haven't Actually Read It. **Task & Purpose**, New York, 17 May 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ujoD3z>. Acesso em: 29 ago. 2019.
- DESCHENES, N. Enabling Leaders to Dominate the Space Domain. **Military Review**, Leavenworth, v. 99, n. 3, p. 109-118, May/June 2019.
- DRUCKER, P. **Managing in Turbulent Times**. New York: Harper Paperbacks, 1980.
- FULLER, J. F. C. **A conduta da guerra de 1789 aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1966.

GALANTE, A. China lançou ao mar 16 navios de guerra no primeiro semestre de 2019. **Poder Naval**, [s. l.], 19 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Gd8UFV>. Acesso em: 3 set. 2019.

GERASIMOV, V. Contemporary Warfare and Current Issues for the Defense of the Country. **Military Review**, Leavenworth, v. 97, n. 6, p. 22-27, Nov./Dec. 2017.

GERASIMOV, V. Russian General Staff Chief Valery Gerasimov's 2018 Presentation to the General Staff Academy: Thoughts on Future Military Conflict – March 2018. **Military Review**, Leavenworth, v. 99, n. 1, p. 130-138, Jan./Feb. 2019.

HEGINBOTHAM, E.; SAMUELS, R. A New Military Strategy for Japan. **Foreign Affairs**, New York, 16 July 2018. Disponível em: <https://fam.ag/2GeKrA6>. Acesso em: 30 ago. 2018.

HOBSBAWN, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, S. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

KERSHAW, I. **De volta do inferno: Europa, 1914-1949**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KILCULLEN, D. **Out of the Mountains: the coming age of the urban guerrilla**. New York: Oxford, 2013.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEAL, P. C. A Guerra Híbrida. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, Brasília, DF, v. 4, n. 9, p. 6-17, 4 jan. 2016. ISSN 2317-6350. Disponível em: <https://bit.ly/2RFI3Yj>. Acesso em: 17 dez. 2018.

LIANG, Q.; XIANGSUI, W. **A guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização**. [S. l.: s. n.], 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3aGStjp>. Acesso em: 23 jan. 2020.

LUNDY, M.; CREED, R. The Return of U.S. Army Field Manual 3-0, Operations. **Military Review**, Leavenworth, v. 97, n. 6, p. 14 -21, Nov./Dec. 2018.

MATFESS, H.; MIKLAUCIC, M. **Beyond Convergence: world without order**. Washington, DC: Institute for National Strategic Studies/National Defense University, 2016.

MCNEILLY, M. **Sun Tzu e a arte da guerra moderna**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MILLEY, M. A.; SPER, M. T. **The Army Strategy**. Washington, DC: U.S. Army, 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2NKO7xJ>. Acesso em: 4 set. 2019.

MILLEY, M. A.; SPER, M. T. **The Army Vision**. Washington, DC: U.S. Army, 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/2TLOv2D>. Acesso em: 4 set. 2019.

MORRIS, L. J.; MAZARR, M. J.; HORNING, J. W.; PEZARD, S.; BINNENDIJK, A.; KEPE, M. **Gaining Competitive Advantage in the Gray Zone**: response options for coercive aggression below the threshold of major war. Santa Monica: RAND, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2RfBuN8>. Acesso em: 22 jan. 2020.

NAÍM, M. **O fim do poder**: nas salas da diretoria ou nos campos de batalha, em Igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser? São Paulo: Leya, 2013.

PETTERSSON, T.; ECK, K. Thousand Oaks, v. 55, n. 4, p. 535-547, 2018.

PHILLIPS, P. M. Deconstructing Our Dark Age Future. **Parameters**, Carlisle, v. 39, p. 94-110, Summer 2009.

PINHEIRO, Á. S. **Crises e conflitos no século XXI**: a evolução das forças de operações especiais. [S. l.: s. n.], [2020?]. No prelo.

SENGUPTA, K. Army to form new hybrid-warfare division. **The Independent**, London, 1 Aug. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36dLtGZ>. Acesso em: 4 set. 2019.

SHWANDT, J. R. Uncovering Hidden Patterns of Thought in War. **Military Review**, Leavenworth, v. 98, n. 6, p. 18-29, Nov./Dec. 2018.

SMITH, R. **A utilidade da força**: a arte da guerra no mundo moderno. Lisboa: Edições 70, 2008.

SOUZA, M. C. B. O conceito de áreas não-governadas ou *black-spots* e os desafios políticos e teóricos para a agenda de segurança do Pós Guerra Fria. **Ensaio do IEEI**, São Paulo, n. 14, ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2NT6MHv>. Acesso em: 23 jan. 2020.

TRENIN, D. US Obsession With Containment Driving China And Russia Closer. **Carnegie Moscow Center**, Moscow, 31 July 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Gb2APc>. Acesso em: 4 set. 2019.

TROXELL, J. F. Geoeconomics. **Military Review**, Leavenworth, v. 98, n. 1, p. 4-22, Jan./Feb. 2018.

UNITED STATES. Department of the Army. **Operations**. Washington, DC: U.S. Army, 2017a. Field Manual 3-0.

UNITED STATES. U.S. Army Training and Doctrine Command. **The Operational Environment and the Changing Character of Future Warfare**. Fort Eustis: TRADOC, 2017b. Disponível em: <https://bit.ly/37hLxH3>. Acesso em: 3 set. 2019.

UNITED STATES. U.S. Army Training and Doctrine Command. **The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028**. Fort Eustis: TRADOC, Dec. 2018. Pamphlet 525-3-1. Disponível em: <https://bit.ly/38rDvLS>. Acesso em: 22 jan. 2020.

VISACRO, A. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.

VISACRO, A. **A guerra na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

VISACRO, A. Fazendo as coisas certas: segurança e defesa do Estado moderno. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 49-80, mar. 2019a.

VISACRO, A. O Escalão Corpo de Exército. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, Brasília, DF, v. 7, n. 19, p. 56-69, set. 2019b. ISSN 2317-6350. Disponível em: <https://bit.ly/38tmNvM>. Acesso em: 24 out. 2019.

VISACRO, A. Priorizando as operações de combate convencional em larga escala: como o Exército dos EUA pretende lutar e vencer as próximas guerras. **Military Review**, Leavenworth, v. 74, n. 1, p. 12-27, 1. trim. 2019c. Edição brasileira.

VOTEL, J. L.; CLEVELAND, C. T.; CONNETT, C. T.; IRWIN, W. Unconventional Warfare in the Gray Zone. **Joint Force Quarterly**, St. Louis, n. 80, p. 101-109, 2016.